

LIGA Uma justiça desportiva mais rápida, que credibilize as competições, é um dos objetivos do organismo, mas nem tudo depende do mesmo

Proença defende extinção do TAD

Teve ontem lugar um encontro com a Comunicação Social, no qual o presidente da Liga revelou os planos tendo em vista o crescimento do futebol profissional como atividade económica.

ANTÓNIO PRESS

●●● Pedro Proença, presidente da Liga Portugal, e restante Direção executiva, reuniram-se ontem com a Comunicação Social para apresentar seis objetivos globais (ver tópicos ao lado) para os próximos anos, alguns com aplicação mais imediata que outros. Além da apresentação, o dirigente respondeu também a perguntas dos jornalistas e foi nesta fase que deixou talvez uma das frases mais polémicas a propósito do Tribunal Arbitral Desportivo (TAD).

O líder da Liga enfatizara a importância de aumentar a celeridade da justiça desportiva — anunciando um modelo profissional para a Comissão de Instrutores — com o fito de credibilizar as competições. Depois, assumiu que a Liga está, de certo modo, de mãos atadas: “Consideramos que a figura do TAD não deveria existir. O poder político deveria centrar-se na criação de um tribunal desportivo que tratasse destes temas de forma eficaz, com processos céleres e capazes. Enquanto a tutela não tomar esta decisão, percebendo que depois de um castigo do CD, há um recurso para o TAD e depois para o Tribunal, andamos de câmara em câmara sem decisão final. Não é culpa do futebol nem da Liga, é da arquitetura jurídica que foi construída.”

Determinado em incrementar em cinco por cento o público global nos estádios, tendo por referência a última época pré-pandemia, Pedro Proença garantiu que procura sensibilizar os clubes a reduzirem os preços dos bilhetes e que haverá um esforço de concentrar os jogos aos fins de semana. Tecla também tocada foi a da segurança e da colaboração com o Go-



Pedro proença, ontem, no encontro com a Imprensa

verno no sentido de combater a violência.

Em termos de sobrevivência e competitividade dos clubes, as receitas dos direitos audiovisuais são fundamentais e Proença garante que a Liga irá apresentar em 2025/26 um modelo de centralização para que o mesmo seja implementado na época



“O poder político deveria centrar-se na criação de um tribunal desportivo”

Pedro Proença
Presidente da Liga

seguinte. Contudo, assegurou: “Se fossem criadas condições para que isto pudesse acontecer já amanhã, eu assinaria imediatamente essa possibilidade”, mostrando-se ainda convencido que os

chamados três grandes também o desejam. “Há um alinhamento total destes clubes e não só para que este processo decorra bem, mas se possível que possa ser antecipado”, comentou. De resto, garantiu que com a centralização ninguém ficará a perder dinheiro em relação aos valores que recebe atualmente, sendo certo que irá “diminuir a diferença entre os três clubes que recebem mais e a média dos restantes”, a maior (superior a 15 vezes) entre as principais ligas. Baseia-se para tal num estudo que aponta para um valor de venda dos direitos entre 275 e 350 milhões de euros.

Para melhorar o equilíbrio nas provas profissionais e ajudar a retenção de talento no nosso país por mais tempo, revelou ainda que a Liga tem procurado sensibilizar o Governo para reformas legislativas que permitam um enquadramento fiscal mais competitivo ao setor, como sucede, de resto, em outros países.

OBJETIVOS GLOBAIS

- **Celeridade da justiça desportiva**
- **Retorno dos adeptos aos estádios**
- **Espectáculo seguro e atrativo**
- **Preparação do processo de centralização dos direitos audiovisuais**
- **Maior competitividade dos clubes e do sector**
- **Liga Portugal preparada para o futuro**

OBSERVATORIO

APOSTAS DESEJO É QUINTUPLICAR AS RECEITAS

Pedro Proença afirmou que a atual percentagem das receitas das apostas que é atribuída às federações e ligas, quando o caso – deveria “quintuplicar”. Para que tal suceda é necessário mudar a atual legislação que regula esta atividade e que define a distribuição das receitas, como explicou: “A portaria tem de ser alterada para que possamos quintuplicar a verba que recebemos.”

LIGA Uma justiça desportiva mais rápida, que credibilize as competições, é um dos objetivos do organismo, mas nem tudo depende do mesmo

Proença defende extinção do TAD

Teve ontem lugar um encontro com a Comunicação Social, no qual o presidente da Liga revelou os planos tendo em vista o crescimento do futebol profissional como atividade económica.

ANTÓNIO PIRES
●●● Pedro Proença, presidente da Liga Portugal, e restante Direção executiva, reuniram-se ontem com a Comunicação Social para apresentar seis objetivos globais (ver tópicos ao lado) para os próximos anos, alguns com aplicação mais imediata que outros. Além da apresentação, o dirigente respondeu também a perguntas dos jornalistas e foi nesta fase que deixou talvez uma das frases mais polémicas a propósito do Tribunal Arbitral Desportivo (TAD).

O líder da Liga enfatizou a importância de aumentar a celeridade da justiça desportiva – anunciando um modelo profissional para a Comissão de Instrutores – com o fito de credibilizar as competições. Depois, assumiu que a Liga está, de certo modo, de mãos atadas: “Consideramos que a figura do TAD não deveria existir. O poder político deveria centrar-se na criação de um tribunal desportivo que tratasse destes temas de forma eficaz, com processos céleres e capazes. Enquanto a tutela não tomar esta decisão, percebendo que depois de um castigo do CD, há um recurso para o TAD e depois para o Tribunal, andamos de câmara em câmara sem decisão final. Não é culpa do futebol nem da Liga, é da arquitetura jurídica que foi construída.”

Determinado em incrementar em cinco por cento o público global nos estádios, tendo por referência a última época pré-pandemia, Pedro Proença garantiu que procura sensibilizar os clubes a reduzirem os preços dos bilhetes e que haverá um esforço de concentrar os jogos aos fins de semana. Tecla também tocada foi a da segurança e da colaboração com o Go-



Pedro proença, ontem, no encontro com a Imprensa

verno no sentido de combater a violência.

Em termos de sobrevivência e competitividade dos clubes, as receitas dos direitos audiovisuais são fundamentais e Proença garante que a Liga irá apresentar em 2025/26 um modelo de centralização para que o mesmo seja implementado na época

“O poder político deveria centrar-se na criação de um tribunal desportivo”

Pedro Proença
Presidente da Liga

seguinte. Contudo, assegurou: “Se fossem criadas condições para que isto pudesse acontecer já amanhã, eu assinaria imediatamente essa possibilidade”, mostrando-se ainda convencido que os

chamados três grandes também o desejam. “Há um alinhamento total destes clubes e não só para que este processo decorra bem, mas se possível que possa ser antecipado”, comentou. De resto, garantiu que com a centralização ninguém ficará a perder dinheiro em relação aos valores que recebe atualmente, sendo certo que irá “diminuir a diferença entre os três clubes que recebem mais e a média dos restantes”, a maior (superior a 15 vezes) entre as principais ligas. Baseia-se para tal num estudo que aponta para um valor de venda dos direitos entre 275 e 350 milhões de euros.

Para melhorar o equilíbrio nas provas profissionais e ajudar a retenção de talento no nosso país por mais tempo, revelou ainda que a Liga tem procurado sensibilizar o Governo para reformas legislativas que permitam um enquadramento fiscal mais competitivo ao setor, como sucede, de resto, em outros países.

OBJETIVOS GLOBAIS

- **Celeridade da justiça desportiva**
- **Retorno dos adeptos aos estádios**
- **Espectáculo seguro e atrativo**
- **Preparação do processo de centralização dos direitos audiovisuais**
- **Mayor competitividade dos clubes e do sector**
- **Liga Portugal preparada para o futuro**